

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**  
**6º CONCURSO PARA O CARGO DE PROCURADOR DO MUNICÍPIO**

**2001**

*PROVA ESCRITA PRELIMINAR ELIMINATÓRIA*

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**1ª QUESTÃO:** (30 pontos)

As concessionárias de serviços públicos por delegação contratual integram a Administração Pública?

**2ª QUESTÃO:** (40 pontos)

É exigível prévio procedimento de licitação para que o Município do Rio de Janeiro possa outorgar a um particular a permissão de uso privativo de bem público municipal? Justifique a resposta, apontando os dispositivos legais e constitucionais pertinentes.

**3ª QUESTÃO:** (30 pontos)

O projeto de lei orçamentária anual do Município X foi rejeitado pela Câmara de Vereadores. O Prefeito do Município indaga à sua Procuradoria se, diante desse fato, poderia lançar mão do orçamento referente ao exercício anterior, para possibilitar a utilização de recursos que não tenham despesas correspondentes. Como Procurador (a) do Município em questão, qual a orientação que você daria ao Prefeito?

**DIREITO CIVIL E COMERCIAL**

**1ª QUESTÃO:** (30 pontos)

Discorra sobre os principais aspectos pertinentes à capacidade e à legitimação para celebrar negócios jurídicos e estabeleça a distinção entre ambas.

**2ª QUESTÃO:** (30 pontos)

Distinga sociedade civil de sociedade comercial.

3a QUESTÃO: (40 pontos)

Tício, motorista de táxi autônomo, viajava em um ônibus da empresa “Viaje Bem” concessionária do Município do Rio de Janeiro, quando o ônibus, trafegando em via municipal com velocidade acima da permitida, cai em um buraco e vem a se chocar com um poste. Tício fica um mês internado em um hospital e perde uma perna no acidente. Tício propõe ação de indenização contra a empresa de ônibus e contra o Município. Quais seriam os possíveis fundamentos do pedido inicial e qual seria a sua defesa como Procurador do Município.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

1ª QUESTÃO: (50 pontos)

Apreensivo com os efeitos do processo inflacionário, sanciona o Prefeito do Município X projeto de lei – de sua iniciativa – introduzindo reajuste semestral e automático dos valores de vencimentos e proventos do funcionalismo, com base na variação de índice federal.

O mecanismo de reajuste revela-se inexecutável, em virtude da insuficiente arrecadação.

O sucessor na Chefia do Poder Executivo determina o não pagamento dos reajustes previstos na legislação. Após dois anos, o Prefeito sanciona lei revogando o diploma anterior.

Servidor estatutário, alegando direito adquirido aos reajustes, enquanto vigente a legislação revogada, ajuíza ação ordinária, requerendo correção nos vencimentos e atrasados.

Comente objetivamente:

a) a decisão do Chefe do Executivo de não cumprir a lei, independente do ingresso em juízo, impugnando sua inconstitucionalidade;

b) os argumentos, de sede constitucional, que devem ser apresentados na contestação.

2ª QUESTÃO: (50 pontos)

Vereador eleito por partido de oposição, em declaração prestada a jornal local de grande circulação, fez graves acusações ao Prefeito Municipal, sem apresentar qualquer prova. Indignado, o Chefe do Executivo cogita de duas possibilidades :

a) a instauração, pelo Ministério Público, de ação penal contra o parlamentar, por crime contra a honra, sendo certo que o ato ofensivo foi praticado fora da Tribuna da Câmara Municipal;

b) a propositura de ação civil de reparação por danos morais.

Manifeste, objetivamente, sua opinião sobre ambas as hipóteses.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

1ª QUESTÃO: (50 pontos)

A Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro enviou carnê de cobrança do IPTU/95 a determinado contribuinte, que o recebeu em 12 de fevereiro de 1995. Em 15 de junho de 1999, verificando a inadimplência do contribuinte, o órgão encarregado da administração do imposto reiterou a cobrança administrativa. Em 10 de julho de 2000, o juiz determinou a citação na execução fiscal proposta pelo Município do Rio de Janeiro, tendo o contribuinte ingressado em juízo contra a exigência com a alegação de prescrição, uma vez decorridos mais de 5 anos da constituição do crédito tributário. Comente os aspectos envolvidos na questão.

2ª QUESTÃO: (50 pontos)

Qual a eficácia de um tratado internacional, já incorporado ao direito pátrio, que concede isenção do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) ?

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

1ª QUESTÃO: (30 pontos)

Comente os seguintes aspectos relativos à atuação do Município em juízo, justificando sua resposta com a indicação dos dispositivos legais pertinentes:

a) prazo para contestar a ação ordinária, prazo para recorrer da sentença e conseqüências processuais da perda de tais prazos;

b) possibilidade de ser ampliada a condenação imposta ao Município em reexame necessário;

c) possibilidade de penhora de bens do Município no processo de execução.

2ª QUESTÃO: (30 pontos)

A quem cabe, nas ações declaratórias negativas de crédito tributário, o ônus da prova da inoccorrência do fato gerador? Indique o(s) dispositivo(s) pertinente(s) do CPC.

3ª QUESTÃO: (40 pontos)

Estabeleça os traços distintivos entre a ação civil pública, a ação popular, o mandado de segurança e o mandado de segurança coletivo como meios de impugnação de atos praticados pela autoridade pública.

## **DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO**

Responda, **justificadamente**, as questões abaixo:

1ª QUESTÃO: (40 pontos)

Em virtude de lei municipal, foi ampliado o perímetro de proteção ambiental de determinado Município. Uma empresa de produtos químicos passou a estar situada no novo perímetro de proteção ambiental. Por essa razão, suas atividades foram encerradas, com a conseqüente dispensa coletiva dos empregados. Um grupo de trabalhadores ajuizou reclamação trabalhista pleiteando salários retidos, adicional de insalubridade, horas extras e verbas vinculadas à extinção do contrato. O Município poderá ser responsabilizado pelo pagamento das parcelas reclamadas?

2ª QUESTÃO: (30 pontos)

O fato, por si só, de servidor do Município do Rio de Janeiro ter sido contratado após a Constituição Federal de 1988, mediante aprovação em concurso público, confere-lhe estabilidade no emprego público que ocupa?

3ª QUESTÃO: (30 pontos)

Determinada Autarquia Municipal foi condenada pelo Juízo da 41ª Vara do Trabalho ao pagamento de verbas indenizatórias relativas a ex-servidores. Não houve recurso. Transcorrido o prazo legal, o Juiz, a requerimento dos reclamantes, expediu mandado de citação à Autarquia na forma do artigo 880 da CLT, para pagamento em 48 horas ou garantia da execução, sob pena de penhora. Na condição de Procurador do Município do Rio de Janeiro, que medida processual adotaria e sob que argumentos?